

# “*Vizinhu ta trocadu pratu ku kada casa*” ... Cuidar para evitar a fome em Brianda, Ilha de Santiago de Cabo Verde

---

*Fernando Barbosa Rodrigues*

---

Partindo do terreno etnográfico – interior da ilha de Santiago de Cabo Verde – e com base na observação participante e em testemunhos das habitantes locais de Brianda, este artigo é uma contribuição para poder interpretar as estratégias ativas para a redução do risco de insegurança alimentar (IA). Selecionando como unidade de análise uma tipologia familiar habitual no arquipélago de Cabo Verde, a das famílias monoparentais e matrifocais com chefia feminina, são analisadas as relações estruturais entre género e pobreza (feminização da pobreza), o papel das estratégias sociais tais como a reciprocidade, a entreaajuda horizontal, os círculos familiares, e os núcleos de vizinhança alargada, e o impacto dos condicionantes exógenos.

**PALAVRAS-CHAVE:** género, cuidados, insegurança alimentar, mulheres, famílias monoparentais matrifocais, Cabo Verde pós-colonial.

“*Vizinhu ta trocadu pratu ku kada casa*”... **Caring to avoid hunger in Brianda, Santiago Island, Cape Verde** ♦ Taking the ethnographic field as a starting point – the interior of the island of Santiago in the Republic of Cabo Verde – and basing on participant observation and the collection of testimonies from the local inhabitants of Brianda, this article contributes to interpreting the strategies activated to reduce the risk of food insecurity (FI) that surrounds them. Selecting as a unit of analysis a common family typology in the Cape Verde archipelago, that of single-parent and matrifocal families headed by women, it analyses the structural relationships between gender and poverty (feminisation of poverty), the role of social strategies such as reciprocity, horizontal mutual aid, family circles, and extended neighbourhoods, and the impact of exogenous factors.

**KEYWORDS:** gender, care, food insecurity, women, matrifocal single-parent families, postcolonial Republic of Cabo Verde.

---

**RODRIGUES, Fernando Barbosa** (fbarbosa@ucm.es) – Antropologia Social, Universidade Complutense de Madrid; Grupo UCM 931528 – Estudios sobre Migraciones Internacionales GEMI, UCM, Espanha. ORCID: 0000-0002-0028-5371. CRedit: conceptualização, investigação, metodologia, redação do rascunho original.

**AGRADECIMENTOS:** a todas as informantes que participaram e quiseram partilhar uma parte das suas vidas connosco, e à Organização das Mulheres de Cabo Verde OMCV, por ajudar-nos a conhecer a realidade de uma parte da população rural feminina na Ilha de Santiago.

## INTRODUÇÃO E MARCO TEÓRICO

Este artigo contribui para estudar a importância das estratégias ativadas por famílias monoparentais e matrifocais com chefia feminina no interior da ilha de Santiago de Cabo Verde, que visam reduzir o risco de insegurança alimentar (IA) que as rodeia. Escolhendo como unidade de análise uma tipologia familiar frequente no arquipélago de Cabo Verde, fomos ao encontro de uma comunidade de moradoras rurais pobres, que são historicamente os grupos mais vulneráveis deste arquipélago africano. Um texto que resulta de um trabalho de campo com observação participante e que tem na sua base testemunhos das habitantes locais de Brianda.

A situação de pobreza e insegurança alimentar em Brianda deve-se grandemente a uma combinação de fragilidades bioclimáticas e sociais endógenas – terras inférteis, baixa pluviosidade, escassa cobertura vegetal, agricultura de sequeiro e injusto acesso à terra arável para as mulheres – e à secular negligência das autoridades do antigo Estado colonial português. No período pós-independência subsistem as configurações cíclicas (secas, abandono do mundo rural, migrações, desenvolvimento incipiente) e continua a produzir-se um efeito negativo nas condições materiais: economia fraca, grande dependência da ajuda internacional, das remessas flutuantes da diáspora cabo-verdiana ou do turismo extrativista de sol e praia.

São também analisadas as relações estruturais entre género e pobreza (feminização da pobreza) e o papel das estratégias sociais, tais como a “reciprocidade”, a “entrajuda horizontal”, os círculos familiares, os núcleos de vizinhança alargada, e o impacto dos condicionantes exógenos já mencionados (Évora 2001, 2012; Temple 2003; Oca 2007; Lobo 2012; Barbosa e Cortés 2013; Barbosa 2022). O trabalho de campo etnográfico foi desenvolvido junto de uma comunidade aldeã com uma liderança feminina expressiva – entendida como uma tomada de consciência pessoal e coletiva das mulheres no interior da ilha de Santiago.

Pretende-se também salientar o modo como os sistemas económicos e sociais de entrajuda, como a *djuda* (ajuda) e o *djuntamon* (apoio mútuo) (Évora 2001), com uma persistente marca de género e feminizada, dão respostas a partir da “periferia” (Évora 2001) e a um nível local, à polarização do mundo, das economias e dos países, que os dividem em categorias neoliberais abstratas como populações supérfluas e descartáveis, irrelevantes, ou “*black holes*” (Trouillot 2001). Por outro lado, as formas de solidariedade, partilhadas para mitigar as diferentes necessidades, são ativadas para escapar à memória do espectro da fome, sempre presente neste arquipélago africano, desde a sua descoberta pela navegação expansionista portuguesa no século XV (1456). O presente cabo-verdiano pós-independência e pós-colonial é também uma oportunidade para repensar criticamente, neste texto, a continuidade do binómio colonial/pós-colonial,

posterior ao fim do período colonial, que estabeleceu relações de poder assimétricas para exercer a sua ficção política ao longo do tempo. A nova leitura pós-colonial aplicada à análise dos cuidados postula que a academia colija os contributos da teoria feminista pós-colonial, reivindicando uma evolução epistemológica, uma mudança nas perspetivas de análise mais além das orientações ou visões já estabelecidas no Ocidente (Bryson 2016), propondo que se reconheçam variantes nos modelos económicos, sociais e políticos, banindo as formas de pensamento opostas ou binárias que a racionalidade ocidental instituiu como norma.

Neste artigo examino as estratégias (de Certeau 1996), ativadas para a redução do risco da insegurança alimentar (IA), tomando como unidade de estudo uma tipologia familiar muito presente no arquipélago de Cabo Verde, a das famílias monoparentais e matrifocais com chefia feminina (Dias 2010; Grassi 2003; Barbosa e Cortés 2013). A base teórica que sustenta a minha reflexão está ancorada numa revisão da literatura sobre cuidados (Tobío *et al.* 2010; Muñoz 2016), género (Bryson 2007; Baldassar e Merla 2014; Villota 2019) e teorias pós-coloniais (Trouillot 2001; Seibert 2011), com especial foco na teoria da circulação dos cuidados (Baldassar e Merla 2014). Partindo das teorias feministas pós-coloniais que vários autores trabalharam (McClintock 1995; Monteiro 2007), analiso aqui a feminização das migrações cabo-verdianas (Barbosa e Cortés 2013) e das culturas da responsabilidade e reciprocidade (Narotzky 2006), contribuindo para o debate sobre o papel e as ações das mulheres camponesas cabo-verdianas no combate à insegurança alimentar. Igualmente, coloco em discussão antropológica os valores comunitários e os sistemas endógenos de *djuda*, entreaajuda e solidariedade comunitária e apoio mútuo, como resposta a uma necessidade partilhada para mitigar a insegurança alimentar (Évora 2001; Acosta-Leyva 2019). Estabeleço uma interlocução entre a antropologia feminista e os feminismos pós-coloniais, que examinam pormenorizadamente os efeitos da acumulação capitalista e a consequente erosão do feminino como categoria analítica (Davidson 1988; Spivak 1990; Gomes 2011). Portanto, o trabalho de campo feito no interior da ilha de Santiago sobre as ações comunitárias de vizinhança de preparação de comida para a comunidade – grupos informais de entreaajuda – permitiu analisar algumas das relações estruturais entre género e pobreza, e o papel das estratégias sociais, tais como a “reciprocidade”, a “entreaajuda horizontal” (Narotzky 2007, 2006), bem como os círculos familiares e os núcleos de vizinhança alargada. Estas formas de *djuda* e de *djuntamon* têm o propósito de mitigar os efeitos negativos de um sistema que marginaliza as mulheres e ao qual elas respondem, reivindicando o direito à sobrevivência com dignidade.

## ETNOGRAFIA(S) E MÉTODO FEMINISTA

A aldeia de Brianda, uma localidade cuja população total não superava as 500 pessoas, situa-se no Município da Ribeira Grande de Santiago. A comunidade de vizinhos vive do pastoreio de gado caprino, de alguns porcos e de uma modesta atividade pesqueira, e quase todos os habitantes têm familiares emigrados. Encontra-se numa localização “periférica” em relação à capital Praia, está situada em terras de muito baixa produtividade agrícola – não existem grandes extensões de terra cultivável (Finan e Henderson 1988; Furtado 1993) –, com núcleos dispersos de casas. O regime de posse (ou desposse, neste caso) e o modo de acesso à terra arável têm origem no regime colonial escravista português (Cabral 2015, 2002; Carreira 1983, 1984; Castelo 1988; Silva 2014). Baseado na relação assimétrica de poder entre morgados e rendeiros (Cabral 2002; Rosa 2018), este regime fundiário dificultava sobremaneira o acesso à terra pelas classes não proprietárias, sendo conhecidas revoltas dos escravizados, reivindicações dos rendeiros, sobretudo mulheres, por direitos, e denúncia de abusos da classe dos morgados (Pereira 2015).

O trabalho de campo multissituado foi feito ao longo de várias visitas/imersões no terreno entre os anos 2011 e 2018 na ilha de Santiago, tanto na cidade da Praia (capital do arquipélago) como em duas localidades do interior. Das 12 entrevistas semiestruturadas e individuais, feitas no meio urbano, metade foram a mães de *fidju* monoparentais, e as restantes a técnicos de ONG e agentes oficiais do governo. No meio rural fez-se uma entrevista de grupo com a participação de 11 mulheres camponesas e dois homens, familiares de uma das informantes principais. A franja de idade das participantes situava-se entre os 23 e os 50 anos, não escolarizadas. A interlocução com os informantes em Brianda foi feita exclusivamente em *krioulu* de Cabo Verde, o *badiu*, variedade da língua cabo-verdiana falada na ilha de Santiago. Outra parte do trabalho de campo foi feita com seis mulheres emigrantes em Madrid e dois homens cabo-verdianos, para analisar outras dimensões das migrações femininas cabo-verdianas, histórias de vida, estratégias migratórias femininas, cuidados e dispersão familiar, cujo conteúdo não é usado neste artigo. Utilizando o método antropológico feminista (Harding 1987a, 1987b), esta pesquisa pretende expor o modo como as experiências quotidianas femininas moldam as instituições de entajuda sociais e políticas, corroborando a opinião registada no manifesto “O pessoal é político” (Hanisch 1969). É uma evocação sobre a importância da comunidade humana em detrimento do individualismo, e sobre as formas de solidariedade política das economias domésticas das mulheres chefes de família monoparentais na sociedade cabo-verdiana pós-independência (Bisilliat 1996; Bhattacharyya 2018).

Em Brianda, os alimentos são obtidos por compra no mercado, embora a posse de algumas cabras, porcos e galinhas permita um suplemento da dieta

alimentar em cada casa. Não existem luxos e a austeridade é uma norma interiorizada, e a escassez de tudo é generalizada. As vizinhas, participantes da pesquisa, estavam agrupadas pela associação de mulheres locais e por laços de ajuda mútua. Trata-se de um pacto de sororidade, expresso no cuidado mútuo entre mulheres e das crianças, suas e das outras. A designação de cozinha comunitária (Roncarolo, Bisset e Potvin 2016) provém do relato de uma das informantes, *Nha Tita*, que afirmou ser um costume antigo dos habitantes do interior da ilha de Santiago. Consiste no ato solidário de ser cozinhada uma porção extra de alimentos, para ser levada rotativamente à casa de todos, de modo que possa ser dada uma *djuda* alimentar, compensando as faltas que eventualmente existam em alguma das casas. A cozinha comunitária de *djuda*, é uma distribuição desinteressada dos desígnios materiais, de quem pode pôr mais ou menos feijão, milho ou batata-doce. No fundo, é partilhada a responsabilidade diária de prover alimentos para todos. Na aldeia, a distribuição entre irmãos, cunhadas ou “tias” é regulada pelas formas/modalidades de parentesco consanguíneo e/ou fictício. São gestos a que chamo empatia cívica e moral, com base na teoria da moralidade como cooperação.<sup>1</sup> Os pratos que circulam são os alimentos que se cozinham a mais, e que são levados de casa em casa rotativamente. Consistem em práticas quotidianas para melhorar a qualidade e a quantidade nutritiva alimentar (Acosta-Leyva 2019), que contrariam as desvantagens económicas e políticas de classe destas mulheres.

#### MODOS DE PARENTESCO E MODELOS DE FAMÍLIAS NA SOCIEDADE CABO-VERDIANA: AS MÃE *D’FIDJU*

Mãe *d’fidju*, ou mãe da criança, é a mulher que dá à luz e vive com os filhos, numa relação de cuidado e de tomada de decisões relativamente à sua subsistência e ao seu bem-estar. A *mai di fidju* não é a esposa, nem se espera que se comporte como tal; as disposições financeiras do agregado familiar são da exclusiva responsabilidade da mulher que gere o seu agregado familiar e os seus filhos ou familiares que residem sob o seu teto. Existem termos em crioulo cabo-verdiano, como *pai d’fidju* (pai da criança) e *mai di fidju* (mãe da criança), que atestam as designações pelas quais são conhecidos os pais das crianças nascidas numa relação deste tipo. Deste modo, as funções sociais e culturais da paternidade biológica e do estatuto de marido/parceiro são distintas. No caso dos agregados familiares chefiados por mulheres, os *pais d’fidju* mantêm uma

1 A teoria da moralidade como cooperação defende que a moralidade consiste num conjunto de soluções biológicas e culturais para os problemas de cooperação recorrentes na vida social humana (Curry 2016). A moralidade como cooperação leva-nos a esperar que este tipo de comportamento cooperativo – cuidar da descendência, ajudar os membros da família e evitar a consanguinidade – seja considerado moralmente bom, como expuseram Curry, Mullins e Whitehouse (2019: 47-69).

relação fraca e mesmo intermitente com as mães e os seus filhos. É comum que tenham construído agregados familiares com outras mulheres – esposas e até mães dos seus outros filhos. Eles sustentam o agregado familiar que construíram com a mulher e os filhos e, esporádica e intermitentemente, o outro agregado familiar onde residem os outros filhos de outra mulher. Em muitos casos nunca vivem juntos como casal, mesmo depois de terem estabelecido laços afetivo-sexuais e de ela decidir ter um filho na expectativa de construir um lar em comum com o *pai d'fidju* (Dias 2010, 2006; Grassi 2007; Lobo 2012). Nestas circunstâncias, é comum o abandono das suas parceiras pelos homens, mantendo uma relação intermitente de baixa intensidade com elas e com os seus filhos (Barbosa e Cortés 2013; Barbosa 2022). Ao fazer alusão a uma ordem de género masculina e hegemónica imperante em Cabo Verde, estou a referir-me à posição política histórica das mulheres num mundo patriarcal e aos efeitos da dominação masculina (Pateman 1995; Bourdieu 2001; Rodrigues 2007; Silva 2014). Em Cabo Verde, este tema tem sido um dos motivos que animaram as organizações de mulheres cabo-verdianas desde o tempo da resistência anticolonial (Cabral 1999) e posteriormente no presente pós-colonial (Monteiro 2007, 2016) a empreender uma luta pelo bem-estar social, económico e cultural da mulher, das famílias e da sociedade cabo-verdiana no geral, através da defesa e promoção dos direitos da mulher integrados numa perspetiva de género (OMCV).<sup>2</sup>

#### NHA TITA: “CUIDAR DOS FILHOS É A MÃE QUE TEM A RESPONSABILIDADE DE OS EDUCAR”

É uma mulher alta, forte, com cerca de 47 anos, de fisionomia franca, olhar direto e que não poupa palavras quando fala da sua vida de camponesa, chefe de uma família monoparental, com dois filhos adultos, um rapaz e uma rapariga ainda a seu cargo, e nunca saiu da sua aldeia de Brianda, no interior da ilha de Santiago. Tem outra filha e uma sobrinha imigradas em Portugal e um irmão que é um ex-emigrante regressado de Lisboa, que vive perto de si. *Nha* Tita tem de enviar remessas “inversas” para a sua filha que estuda Economia e Gestão numa universidade em Portugal, com uma bolsa de estudos de 300 euros atribuída pelo governo cabo-verdiano, e claramente insuficiente para cobrir as despesas. É também presidente da associação de mulheres que desenvolve um projeto de recuperação da produção tradicional de artesanato têxtil (*panus di terra*). Foi agricultora, recoletora de areia no mar (catadora de inertes) e a única provedora da sua casa. Tem um filho adulto que vive com ela e que aspira a emigrar para a Europa. Em cooperação vicinal, organiza e gere

2 Ver: Organização das Mulheres de Cabo Verde (2025). Disponível em: < <https://www.omcv.org.cv/> > (última consulta em fevereiro de 2025).

uma ação de “cozinha social” partilhada com a comunidade de vizinhas, que assegura que nenhuma família da aldeia pobre e agreste onde vive passe fome. Os pratos cozinhados em cada um dos fogos das aldeãs circulam pelas casas como garantia de uma refeição quente e nutritiva, para afastar o espectro da fome de outrora (Rodrigues 2008; Acosta-Leyva 2019).

A aldeia de Brianda tem uma população pequena, com famílias compostas maioritariamente por mulheres agricultoras de famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

“A vida quotidiana das mulheres de Brianda:

Levantar cedo, consoante o tempo, entre as sete e as oito da manhã. Tratar dos animais, cabras, vacas, galinhas, não temos pastagens. Ir à fonte buscar água e carregá-la à cabeça. Cuidar dos filhos, é a mãe que tem a responsabilidade de os educar. Mandar os filhos para a escola. Queremos aprender e melhorar tudo, ir à escola também: aprender a ler e a escrever. Deixamos a recolha de areia,<sup>3</sup> só o fizemos por necessidade. Procurar o ganha-pão quotidiano.” [Diário de campo]

O relógio de *Nha Tita* (tal como o das outras mulheres da aldeia) é revelador de um quotidiano difícil, e de duras jornadas de trabalho das populações rurais com agregados familiares chefiados por mulheres. A ausência de água canalizada nas casas obriga a um esforço diário para a levar à cabeça, em baldes, desde a fonte municipal de abastecimento até às casas desta localidade desértica. As tarefas da educação e do cuidar dos filhos e filhas recaem principalmente sobre as mulheres. A atividade de criação de animais domésticos ocupa muito tempo, dada a ausência de pastagens naturais para os animais. Por outro lado, o discurso de *Nha Tita* remete para as alternativas de sobrevivência, nomeadamente a recolção de inertes no mar revolto do porto de Brianda, uma atividade perigosa e muito prejudicial para o frágil ecossistema costeiro da localidade. Neste cenário árido e quente, onde a vista se perdia no azul anil do mar agitado do oceano Atlântico, a representante das mulheres de Brianda disse-me: “*Kel es una forma de djuda principalmente en el interior de Santiago, en el vizinhu ta trocadu pratu ku kada casa*” (“Esta é uma forma de ajuda sobretudo no interior de Santiago, no qual cada vizinho troca pratos cozinhados com cada uma das casas da aldeia”). O sistema de ajuda (*djuda*) entre vizinhos no interior

3 “Em Cabo Verde, e em particular na ilha de Santiago, a extração clandestina de areia e cascalho para a construção civil tem sido feita no fundo das ribeiras e nas faixas costeiras, de forma excessiva e sem um plano de extração e recuperação das áreas degradadas. Cabe sobretudo às mulheres, mães vulneráveis, chefes de família, a difícil tarefa da extração clandestina de inertes, quer devido ao baixo nível de escolaridade, quer à falta de formação profissional qualificada, à emigração maciça da população masculina, e ainda a outros fatores sociais e culturais, com destaque para a gravidez precoce e a consequente necessidade de assumir a chefia do agregado familiar” (Lopes 2010: 5).

de Santiago de Cabo Verde e o *djuntamon*<sup>4</sup> consiste em cada uma cozinhar uma cachupa, outra um xerém, pratos à base de milho, leguminosas, carne ou peixe se houver, para partilhar entre vizinhas que não tenham o suficiente para comer. O caso das “cozinhas comunitárias” (Roncarolo, Bisset e Potvin 2016) e da troca de pratos cozinhados pelas casas da aldeia aproxima-se ao conceito de *djuda*. Ou seja, embora a *djuda* comece no núcleo de cada família, sai da casa para ajudar não só os parentes que vivem nas proximidades na aldeia, mas estende-se às outras casas de parentes e vizinhos. No caso aqui examinado, a preparação de uma porção extra de alimentos cozinhados por estas mulheres de Brianda que cozinham comida para si próprias, para as suas famílias e partilham com os seus vizinhos garante que chegue comida a todas as casas. Trata-se de um ato de entreajuda comunitária extensiva que se baseia na ajuda e cuidado mútuos entre as famílias rurais pobres do interior de Santiago. A tradição da entreajuda mantém-se inalterada, o que constitui uma garantia em prol da comunidade. Por isso, é necessário interpretar a configuração e a articulação da dimensão coletiva dos cuidados não como um padrão rígido, mas como uma experiência de organização de relações de reciprocidade e solidariedade lógicas para as mulheres de Brianda e as suas famílias, grupos domésticos e para toda a vizinhança. O ato de cozinhar um excedente do prato do dia tem como fito a sua distribuição pelas casas dos vizinhos de forma rotativa, garantindo uma refeição quente e cozinhada que equilibre a fraqueza alimentar em cada casa da aldeia de Brianda. Esta é a relação expressa pelas práticas de resolução de uma necessidade partilhada, com a moralidade dos sistemas de economia de poupança, baseados na confiança mútua e nas estratégias associativas (Frias 2014) estabelecidas pelos membros de uma comunidade de vizinhas (Évora 2001).

#### ACESSO À TERRA, CICLOS DE POBREZA E GESTÃO DE PROCESSOS PRODUTIVOS

“A desnutrição crónica continua a ser um problema nacional de severidade média/moderada, pois este afeta 11% desta população. É maior no meio rural e afeta cerca de 13% das crianças que pertencem à janela de vulnerabilidade (menores de 24 meses), período considerado crítico para o desenvolvimento da criança” (MSSS 2020: 21)

4 “Em termos de parcerias de trabalho, o camponês utiliza os sistemas *djuda* ou *djuntamon*, optando pelo primeiro quando se trata de núcleos familiares mais restritos. Esta forma mais simples de assistência garante a manutenção da oferta de trabalho doméstico, pois neste caso recorre-se aos laços familiares e não se pressupõe uma reciprocidade absoluta dos fluxos de trabalho. A *djuda* é praticada em relação a famílias constituídas maioritariamente por pessoas idosas ou elementos muito jovens, por exemplo, para efetuar algumas reparações domésticas ou trabalhos que exijam mais força e destreza” (Évora 2001: 18).

Os ciclos de pobreza rural das mulheres no arquipélago de Cabo Verde encontram-se abordados num importante corpo de estudos desde a época colonial e agora pós-independência, que revelam já uma divisão sexual e racial do trabalho problemática, e um acesso precário das mulheres cabo-verdianas às terras cultiváveis (Ribeiro 1960; Carreira 1984; Finan e Henderson 1988; Furtado 1993, 2008; Cabral 2015; Silva 1993). A posição de subalternidade das mulheres, induzida por um regime colonial e patriarcal, discriminatório em termos raciais, desregulou, *de facto* ou *de jure*, o seu acesso a bens materiais para o seu sustento e o das suas famílias. No entanto, houve algumas exceções durante o período colonial ultramarino, devido à posição de classe (aristocracia fundiária), e à raça de algumas mulheres brancas,<sup>5</sup> filhas herdeiras ou viúvas de terratenentes (Cabral 2015; Silva 2014; Silva 1993). No período pós-independência, o novo governo nacional entende que o trabalho agrícola e o acesso à terra deveriam alterar a antiga situação de privilégios entre morgados<sup>6</sup> e rendeiros, o que aconteceu com a implementação de novas leis promulgadas pela Assembleia Nacional Popular, como nomeadamente a Lei sobre a Organização Política do Estado (LOPE 1975)<sup>7</sup> (Graça 2009; Almada 2010). A partir da década de 80, especificamente em 1982, a Lei das Bases da Reforma Agrária<sup>8</sup> foi o instrumento que limitou a extensão dos latifúndios e incentivou a socialização da terra (Borba e Anjos 2012). Com o advento do multipartidarismo na década de 90, o país foi objeto de uma série de reformas políticas, sociais e económicas, em que o novo partido vencedor das eleições legislativas, o Movimento para a Democracia (MPD), foi o principal impulsionador. Deu-se início a um conjunto de reformas em todos os setores para implementar

5 Esta observação sobre o fenótipo de algumas mulheres pertencentes à elite dominante de ascendência europeia recomenda os trabalhos do historiador António Leão Correia e Silva (2014) quando apresenta as suas conclusões sobre os morgadios e as disposições testamentárias que os mantinham. O autor expõe que existia uma clara hierarquia entre os filhos nascidos com base na cor da pele, de acordo com a origem racial do progenitor e o estatuto antes do casamento: “A ideia era passar [a herança de terras e bens] para o filho legítimo, branco, do sexo masculino. Quando as mulheres herdavam, surgiam tensões, porque a defesa da mulher é a defesa da pureza racial; o homem pode ter filhos com as nativas, mas elas ficam no *funku* [casa de pedra seca coberta de colmo ou também de fibras vegetais entrelaçadas, nas aldeias fora da cidade, inserção minha]. Em muitos testamentos, quando uma mulher herdava, havia uma cláusula quase obrigatória de que, se casasse com um negro, seria deserdada. A defesa da raça é importante porque adquiriu um valor simbólico” (António Correia e Silva em entrevista a Joana Gorjão Henriques, *in* Henriques, 2016: 112).

6 Título que dá forma jurídica a um vínculo enfiteútico de proteção de uma propriedade para um grupo familiar durante gerações. Os morgadios eram formas de organização da propriedade, assim como as capelas fúnebres nos séculos XIV a XVIII, em Portugal continental e nas áreas atlânticas – Açores, Madeira e Cabo Verde –, no Brasil colonizado até ao século XVIII.

7 Disponível em < <https://cedis.novalaw.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/LOPE-cabo-verde-75.pdf> > (última consulta em fevereiro de 2025).

8 Disponível em < <https://ciencia.cv/items/f5fd64af-00da-4845-ae1a-33249c0279aa> > (última consulta em fevereiro de 2025).

uma economia de mercado e a abertura do país ao investimento estrangeiro. O setor agroindustrial, ineficaz e frágil, não deu uma resposta específica à historicamente débil situação do campesinato cabo-verdiano. Após dois mandatos legislativos do partido liberal MPD, o histórico Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), de ideologia socialista, voltou a ganhar as eleições em 2001, mas não suspendeu o processo de privatizações iniciado pelo governo anterior. Com resultados duvidosos, este processo teve consequências nefastas para a vida das mulheres cabo-verdianas, que estavam desproporcionalmente presentes no setor terciário e no comércio informal, considerados “improdutivos” e de pouco valor acrescentado. Como afirmou Rocha:

“As privatizações prejudicaram com medidas de liberalização excessivas através da abertura do mercado nacional à concorrência estrangeira, da eliminação dos apoios estatais, de políticas de crédito restritivas, a possível emergência de um empresariado nacional” (Rocha 1997, *in* Graça 2009: 74).

Nesta conjuntura, que penaliza as mulheres com menos capital cultural e menos acesso à educação, à propriedade da terra, nomeadamente à terra arável, esta última passa a ter uma importância determinante. Recordemos que estas ilhas apresentam uma orografia irregular e muito montanhosa, e a extensão de boas terras cultiváveis (10%) é limitada. São, nas palavras do geógrafo Orlando Ribeiro (1960: 20), “lugares de esforço e miséria”. Como nação insular independente de Portugal desde 1975, Cabo Verde tem vindo a desenvolver, desde há décadas, iniciativas governamentais<sup>9</sup> para minorar os efeitos da vulnerabilidade alimentar e nutricional das famílias cabo-verdianas. E se as mulheres estão historicamente em desvantagem social e têm de travar uma batalha pelo direito a uma vida digna, a preocupação pelo seu futuro e o das suas famílias nas zonas rurais do país é ainda maior, sendo este, portanto, o foco principal do nosso estudo.

“A pobreza em Cabo Verde é um fenómeno estrutural que está estreitamente ligado à fraqueza da base produtiva, bem como às características da economia. A pobreza está intimamente ligada ao acesso aos recursos, ao emprego, ao sexo e ao nível de alfabetização dos chefes de família, dos quais

9 O IN-VAANF – Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional das Famílias (2018) é um instrumento que possibilita recolher informações estatísticas que permitem avaliar as condições socioeconómicas, o consumo alimentar, a situação da vulnerabilidade alimentar das famílias, bem como o estado nutricional das crianças menores de cinco anos. Disponível em: < [https://maa.gov.cv/images/SNSAN/Documentos/Apresentacao\\_resultados\\_preliminares\\_INVANF.pdf](https://maa.gov.cv/images/SNSAN/Documentos/Apresentacao_resultados_preliminares_INVANF.pdf) >. Para mais detalhe sobre as iniciativas de combate à insegurança alimentar, consultar a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em < <https://maa.gov.cv/index.php/seguranca-alimentar/governanca> >.

38% são mulheres. A pobreza aumentou, a sua estrutura inverteu-se e as desigualdades na distribuição de receitas aumentaram no decurso da última década: 36% da população residente em Cabo Verde é pobre e 20% vive na pobreza absoluta.”<sup>10</sup>

O Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (MSSS 2020), tornado público em dezembro de 2020, refere que nas últimas décadas a população cabo-verdiana tem vivido transformações sociais significativas que se traduziram em “mudanças nos seus padrões de saúde e de consumo alimentar. Estas transformações tiveram impacto na redução da pobreza e da exclusão social e, conseqüentemente, da insegurança alimentar, com uma melhoria da oferta e do acesso aos alimentos” (MSSS 2020: 12), embora reconheça que continua a existir uma elevada dependência das importações para cobrir principalmente as necessidades básicas. Quando consultado o anterior Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN 2015/2020) e a sua avaliação, o já referido documento do novo Plano 2021-2025 reconhece que:

“As ações identificadas no plano foram enquadradas nos problemas nutricionais enfrentados pelo país ao longo do seu percurso, concentrando-se principalmente nos problemas ligados à subnutrição, incluindo a subnutrição aguda e crónica e o baixo peso e as carências de micronutrientes como o ferro e o iodo. Os problemas relacionados com a obesidade e as doenças crónicas não transmissíveis não foram tão prevalentes como os outros *problemas de subnutrição* [ênfase minha].” (MSSS 2020: 6)

A economia nacional cabo-verdiana continua altamente dependente dos mercados externos e do financiamento (remessas de migrantes e turismo), sendo muito sensível a fatores externos. Antes da pandemia de Covid-19 em 2020, a redução da pobreza em Cabo Verde era uma das mais bem-sucedidas na África Subsariana.<sup>11</sup> A pandemia provocou, em 2020, a maior contração económica de que há registo (19,3%) e expôs as vulnerabilidades económicas do país, perturbando os setores dos serviços e da hotelaria.<sup>12</sup> O documento situa a taxa de pobreza em 31,3% em 2020. De acordo com dados do Instituto

10 Cfr. 646 I série, n.º 19, «B. O.» da República de Cabo Verde, 9 de maio de 2005. *Estratégia de Desenvolvimento no Horizonte 2015: Plano de Ação 2005-2008*.

11 “As projeções SWIFT-plus relativas à pobreza mostram uma tendência descendente de 2015 a 2019, de 35,2% para 27,7%”, in “Nota técnica – Implementação da metodologia Swift para estimar a pobreza global absoluta em Cabo Verde de 2016 a 2022”. Disponível em: < <https://ine.cv/publicacoes/implementacao-da-metodologia-swift-para-estimar-a-pobreza-global-absoluta-em-cabo-verde-de-2016-a-2022/> > (última consulta em fevereiro de 2025).

12 A “Nota técnica – Implementação da metodologia Swift para estimar a pobreza global absoluta em Cabo Verde de 2016 a 2022” é o resultado de uma colaboração entre o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV) e uma equipa da Prática Global de Pobreza e Equidade do Banco Mundial.

Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV), para as zonas rurais, em 2022, 49% dos agregados familiares eram representados por mulheres, sendo que “46% das mulheres rurais são pobres, e que 25% vivem na pobreza extrema com menos de 1,90 dólares por dia”.<sup>13</sup>

Mais uma vez, o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (MSSS 2020) elucidam-nos: “De notar que 54,4% dos rendimentos são gastos na alimentação, habitação, água e eletricidade e que somente 3% são gastos com a saúde.” (MSSS 2020: 17). Neste país, a população está maioritariamente empregada no setor primário (42%), agricultura (35%) e pesca (7%), com uma percentagem razoável das famílias camponesas a depender das atividades agrícolas de sequeiro (28%) e da silvicultura, concomitantemente dedicadas à criação de animais domésticos e à recolha de lenha para cozinhar. Em 2018, o governo do país decretou um alerta nacional de seca grave e de crise hídrica devido a um período de mais de três anos de falta de precipitação. Atualmente agravada pelo impacto das alterações climáticas, o aumento das temperaturas e a deterioração das áreas aráveis (MSSS 2020), que fazem antever um futuro incerto para o país africano:

“A fraca produtividade agrícola, pecuária e piscatória reflete-se no declínio gradual dos meios de subsistência. Neste contexto [as pessoas] ficam num estado de insegurança alimentar (IA) que começa na dimensão psicossocial, ou seja, começam por ficar preocupadas com a possibilidade de no futuro vir a faltar alimentos no seu agregado, até a situação física, real, em que os agregados familiares passam por períodos de restrição a nível da quantidade e da qualidade dos alimentos.” (MSSS 2020: 18)

De que modo é que esta afeta estas mulheres camponesas? Que estratégias de mitigação são postas em prática nos seus agregados familiares? Ao esboçarmos, de grosso modo, a importância de uma observação etnográfica, aprofundando a discussão sobre as opções políticas tomadas pelos governantes do país insular, estamos a centrar-nos nas ações estratégicas e táticas, individuais e grupais (de Certeau 1996) das mulheres deste estudo para resistir no dia a dia, através de ações de fazer um jeito e de *djuda* mútua.

#### HABILIDADES ALTERNATIVAS DE RESISTÊNCIA: O SISTEMA *DJUDA* E *DJUNTAMON*

O cuidar dos laços comunitários em Cabo Verde representou historicamente uma garantia contra a fome; uma dura realidade com consequências trágicas no psiquismo cabo-verdiano, e um fator, entre outros, da expulsão e deslocação

13 Disponível em < <http://ine.cv> >.

forçada de milhares dos seus habitantes no passado colonial português. A pretexto desta fatalidade, o governo português do Estado Novo, presidido pelo ditador António de Oliveira Salazar (1889-1970), ordenou o envio de milhares de cabo-verdianos e cabo-verdianas desalentados pela fome e penúrias para outras zonas mais prósperas do antigo império colonial lusitano (Angola e as ilhas de São Tomé e Príncipe), como trabalhadores contratados, para serem explorados nas roças de café, de cacau e de cana-de-açúcar.<sup>14</sup> A prática da troca de um prato de comida cozinhada entre aldeãs vizinhas não se baseia apenas numa troca de alimentos, mas está enquadrada numa rede estreita de apoio moral (*djuda*, ajuda) e de responsabilidades sociais de grupo que se revestem de gestos, ações e estratégias e atividades económicas “tradicionais” (dando uma resposta imediata à necessidade de alimentos), que podem afastar o espectro da fome, especialmente nas comunidades rurais e mesmo nas comunidades urbanas, em menor grau, no país africano. Estas estratégias “alternativas”, que visam melhorar a coesão social e as capacidades dos participantes para gerir a sua própria alimentação (Roncarolo, Bisset e Potvin 2016), ativam a coletividade dos seres humanos ligados por uma complexa rede de relações. Estas ações praticadas numa comunidade rural no interior da ilha de Santiago mostram a resistência (agência) a uma diferenciação crescente do acesso ao consumo de bens de primeira necessidade dentro do próprio Estado pós-colonial independente de Cabo Verde, pelas distintas populações rurais e também urbanas. A abordagem deste artigo sobre um grupo de mulheres rurais de uma aldeia no interior da ilha de Santiago, as suas vidas, a sua agência, as suas estratégias e adaptação a modelos familiares pouco ortodoxos – nem individualistas, nem mesmo a modelos que respondam a uma suposta “harmonia familiar” –, separadas por deslocações internas interinsulares e externas, por migrações, voluntárias ou forçadas dependendo das circunstâncias pessoais, revela como consequência as diferentes respostas e formas de entender as chefias femininas dos seus agregados familiares e os cuidados interpessoais e em grupo. Todas elas têm de enfrentar, em tempos de pós-pandemia global, as consequências que a Covid-19 deixou no mundo, uma inesperada situação que prejudica de forma acusada as mulheres em todo o mundo, e que já tinha sido detetada no passado recente, como afirmou Paloma de Villota:

“Os resultados de diferentes estudos empíricos realizados a partir de uma perspetiva de género revelaram a distribuição injusta do peso destas políticas sobre as mulheres, ao confirmarem empiricamente que em muitos países

14 Fazendas de cacau e café que a colónia portuguesa detinha em países como São Tomé e Príncipe desde o século XVI e posteriormente em Angola, fazendas de cana-de-açúcar baseadas na escravização dos povos negros africanos convertidos em “contrato” no regime autoritário salazarista do Estado Novo; o sistema que era praticado no mundo colonial anglo-saxónico de *indentured labourers* (Seibert 2011: 66).

a desigualdade de gênero na esfera familiar aumentou em consequência da intensificação do seu trabalho remunerado e não remunerado. Tudo isto irá pôr em causa a proclamada neutralidade implícita dos modelos macroeconómicos neoclássicos. A constatação do agregado familiar como um microcosmo no qual se realizam funções produtivas e reprodutivas, dependentes do processo de transformação socioeconómica da sociedade como um todo, não pode ser visto como uma unidade isolada e isto constitui uma contribuição muito valiosa que o pensamento crítico feminista nos traz.” (Villota 2019: 120)

Consequentemente, ao destacar a questão da insegurança alimentar histórica em Cabo Verde, deslocamos a nossa atenção para as ancoragens da vida e dos cuidados, não só ao nível individual, mas também para o universo social e comunitário. *Nha* Tita e as restantes mulheres de Brianda, em particular, representam no presente etnográfico o imaginário cultural de um tempo das mulheres em Cabo Verde. Lutam diariamente contra vários défices de acesso a uma vida boa e os seus valores sociais mantêm o grupo doméstico alargado e de vizinhança, através da instituição perene da *djuda* (Évora 2001) e do *djuntamon*. Os seus valores de dignidade, confiança, respeito e esperança, cuidado e cuidar e dívida moral são inabaláveis. Para as mulheres de Brianda, as instituições tradicionais locais, como as *mai d’fidju*, e as formas de parentesco chamadas *kumbóssas*<sup>15</sup> fazem parte do universo social do campesinato de Santiago e estão inscritas na história social local.

Na prática, esta situação de sobrecarga familiar feminina acentua os traços de uma ordem patriarcal, masculina, onde a “masculinidade hegemónica” (Connell e Messerschmidt 2005) é reforçada e não socialmente sancionada. Isto coloca a singularidade de ser uma sociedade que privilegia os laços familiares, uma sociedade católica africana, crioula, europeia, mestiça, onde a amálgama de formas e legados culturais envolve uma ordem que historicamente tem as suas raízes na matriz heteronormativa e cristã, tanto colonial como pós-colonial. A tensão gira em torno da categoria social da monogamia masculina, e o laço que acaba por predominar é o da descendência (filiação) acima do laço do casal (mulher-esposa), embora possamos reafirmar que a maternidade

15 As mulheres *Kumbóssas* (co-companheiras) são mulheres que partilham simultaneamente o mesmo homem, sobre a relação conjugal, de gênero e familiar (Monteiro 2013: 5). “No quotidiano, um número significativo de homens mantém uma relação fixa com mais do que uma mulher ao mesmo tempo. Esta prática é reconhecida pela sociedade e pelas autoridades, existem nomes atribuídos às mulheres consoante a sua posição na relação (‘mulher’ e ‘rapariga’) e regras orientadoras que determinam os direitos e privilégios, mas também deveres e obrigações de cada sujeito na relação. Neste caso, tanto os homens como as mulheres têm direitos e privilégios, bem como deveres e obrigações a cumprir no âmbito da relação. Cabe aos homens, como vimos, usar a autoridade masculina para impor ‘respeito’ entre os *kumbóssas* e fazer com que cada mulher ‘permaneça no seu lugar’.” (Monteiro 2013: 79)

é o grande elo entre a mulher e a sua descendência (matrifocalidade) e não a relação sexual (Finan e Henderson 1988; Rodrigues 2007; Monteiro 2013; Lobo 2012; Barbosa e Cortés 2013; Silva 2014; Barbosa 2022).

As mulheres lavradeiras locais têm de organizar socialmente os cuidados para fazer face a uma ordem de género masculina e hegemónica, de modo que os seus efeitos injustos, que as empobrecem, não as prejudiquem ainda mais (Barbosa 2022). Neste quadro de dependências várias num país frágil e empobrecido, outrora subordinado a um regime colonial extrativo e hoje a um presente que tem enfrentado, na construção nacional, muitos constrangimentos imprevistos, o Estado cabo-verdiano não conseguiu garantir a estabilidade económica interna. O objetivo de afiançar uma plena segurança alimentar para todos os seus habitantes constitui ainda hoje motivo de grande preocupação:

“Embora o sistema alimentar tenha funcionado normalmente, pelo menos em termos da disponibilidade e da existência de alimentos a preços estáveis e em quantidades suficientes, o mesmo não se pode dizer em relação ao acesso aos alimentos. Os últimos dados indicam que 37,7% dos agregados familiares não tinham um acesso económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes, ou seja, tiveram de reduzir a quantidade e a qualidade dos alimentos que consumiam. A nível nacional 5 em cada 10 famílias têm uma baixa ou moderada diversidade da dieta, sendo esta prevalência superior no meio rural.” (MSSS 2020: 21)

A nossa hipótese de trabalho assenta no facto de que nestas relações interpessoais de apoio mútuo e coletivo, as mulheres têm de promover uma série de táticas e estratégias (de Certeau 1996) para mitigar a falta de recursos de todo o tipo e fazer valer o direito à subsistência (Narotzky 2007). Tanto para elas como para as suas famílias, parentes e vizinhos, a reciprocidade relacional e a solidariedade de grupo podem ser úteis na substituição de um pai *d’fidju* ausente e não cuidador, bem como na de um Estado cabo-verdiano pouco ativo. Os circuitos de circulação de cuidados estão repletos de comportamentos de entajuda e da “obrigação moral” e cívica (Baldassar e Merla 2014) de retribuir os cuidados recebidos, que se materializam em ajudas (*djuda*) que abrangem a reprodução económica, familiar, social e os cuidados aos membros do agregado familiar e os externos ao mesmo.

Por outro lado, ao interpretar antropologicamente as configurações sociais que sustentam a abordagem que relaciona a constituição de famílias monoparentais, matrifocais chefiadas por mulheres, com as práticas locais de parentesco – que se entrelaçam com as estratégias económicas e socioculturais dos indivíduos e grupos sociais envolvidos –, pretendemos salientar o facto de estas estruturas sociais estarem relacionadas com os aspetos do sustento das famílias envolvidas em esforços e responsabilidades. As táticas, as estratégias que estas

mulheres utilizam, são formas de agir que visam ultrapassar as circunstâncias desfavoráveis, e pretendem compensar as fragilidades financeiras e a cultura masculina de negligência que as afetam. Por este motivo, é fundamental encarar o trabalho com uma abordagem feminista que reconheça o cuidado como um facto social total, que tem uma dimensão económica importante (Muñoz 2016; Bryson 2007; Tobío *et al.* 2010), que implica a utilização de recursos materiais e imateriais ancorados no trabalho das mulheres, e que dá suporte à mais básica das necessidades humanas, uma alimentação adequada e garantida.

## CONCLUSÕES

O presente artigo oferece uma visão empírica das ações, das estratégias implementadas por um grupo de mulheres chefes de famílias monoparentais e matri-focais, sobre o direito à subsistência, que na administração das suas casas, estudadas aqui como um microcosmo, revelam as funções produtivas e reprodutivas das mesmas, contribuindo para o processo de transformação socioeconómica do conjunto da sociedade na qual estão inseridas. Consequentemente, a partir da casa, a preparação dos alimentos garante não só o cuidado individual, mas também o da comunidade de vizinhas. Neste sentido, a casa, a “cozinha” e a comunidade não podem ser vistas como unidades isoladas, mas como unidades comunitárias e responsáveis, e por este motivo a sua valorização constitui um contributo muito importante do pensamento crítico feminista.

A mobilização de recursos escassos, perante a inoperância decorrente da não afetação de recursos financeiros suficientes por parte do Estado, ou a fraca capacidade institucional, técnica e logística resultante de políticas públicas inconsistentes, as dificuldades de acesso à água e ao saneamento básico, as secas cíclicas, são contrabalançadas por uma união de forças que desafiam as lógicas patriarcais históricas de acesso à terra fértil e aos bens de primeira necessidade e, portanto, à segurança alimentar.

As mulheres de Brianda, que lidam com a desigualdade de género imposta, resultante de uma ordem histórica masculina que não as favorece, demonstram através das estratégias de entreaajuda, *djuda*, e de uma cultura de responsabilidade coletiva, que são capazes de resistir. As formas de solidariedade e de irmandade desenvolvidas por elas mostram exatamente como a força do espaço doméstico é o lugar onde emerge a luta de género que denuncia como certas categorias de trabalho não remunerado, dos cuidados que sustentam a vida, do bem-estar físico e mental de uma comunidade, são ainda largamente sustentadas e mantidas pela sua agência.

## BIBLIOGRAFIA

- ACOSTA-LEYVA, Pedro, 2019, “Cabo Verde: segurança alimentar e colonialismo”, *África[s] – Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África*, 6 (12): 301-321.
- ALMADA, JoséLuís, 2010, “Dastragédiashistóricas dopovocaboverdiano e dasaga dasuaconstituição e da sua consolidação como nação crioula soberana”, *Buala*. Disponível em: < <https://www.buala.org/pt/a-ler/das-tragedias-historicas-do-povo-caboverdiano-e-da-saga-da-sua-constituicao-e-da-sua-consolida> > (última consulta em fevereiro de 2025).
- BALDASSAR, Loretta, e Laura MERLA, 2014, “Introduction: transnational family caregiving through the lens of circulation”, in Loretta Baldassar e Laura Merla (orgs.), *Transnational Families, Migration and the Circulation of Care*. Nova Iorque e Abingdon: Routledge, 3-24.
- BARBOSA, Fernando, 2022, *Mujeres Caboverdianas, Género y Cuidados: Un Enfoque Etnográfico, Feminista y Poscolonial*. Madrid: Universidade Complutense de Madrid, tese de doutoramento em Antropologia Social. Disponível em: < <https://hdl.handle.net/20.500.14352/76044> > (última consulta em fevereiro de 2025).
- BARBOSA, Fernando, e Almudena CORTÉS, 2013, *Feminização da Migração Cabo-Verdiana e o Seu Impacto nas Famílias*. Praia: IDF-IOM Development Fund, ONU-Women, Ministério das Comunidades da República de Cabo Verde.
- BHATTACHARYYA, Gargi, 2018, *Rethinking Racial Capitalism: Questions of Reproduction and Survival*. Londres : Rowman & Littlefield.
- BISILLIAT, Jeanne (org.), 1996, *Femmes du Sud, chefs de famille*. Paris: Karthala Editions.
- BORBA, Carolina de, e José Carlos dos ANJOS, 2012, “Questão fundiária em Cabo Verde: posse tradicional e propriedade de terra em São Salvador do Mundo”, *Conjuntura Austral*, 3 (11): 39-57.
- BOURDIEU, Pierre, 2001, *La Dominación Masculina*. Barcelona: Anagrama.
- BRYSON, Valerie, 2007, *Gender and the Politics of Time: Feminist Theory and Contemporary Debates*. Bristol: Policy Press.
- BRYSON, Valerie, 2016, *Feminist Political Theory*. Londres: Bloomsbury, Palgrave Macmillan Education.
- CABRAL, Amílcar, 1999, *Nacionalismo e Cultura*. Santiago de Compostela: Liovento.
- CABRAL, Iva, 2002, “Política e sociedade: ascensão e queda de uma elite endógena”, in Maria Emília Madeira Santos (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. 3. Lisboa e Praia: IICT e INIPPC-CV, 235-326.
- CABRAL, Iva, 2015, *A Primeira Elite Colonial Atlântica: Dos “Homens Honrados Brancos” de Santiago à “Nobreza da Terra”, Finais do séc. XV – Início do Séc. XVI*. Praia: Livraria Pedro Cardoso.
- CARREIRA, António, 1983, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro e patrocínio das Comunidades Económicas Europeias.
- CARREIRA, António, 1984, *Cabo Verde, Aspectos Sociais: Secas e Fomes do Século XX*. Lisboa: Ulmeiro.
- CASTELO, Cláudia, 1998, *O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-Tropicalismo na Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, col. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Edições Afrontamento.
- CONNELL, Robert W., e James W. MESSERSCHMIDT (2005), “Hegemonic masculinity: rethinking the concept”, *Gender & Society*, 19 (6): 829-859.

- CURRY, Oliver Scott, 2016, “Morality as cooperation: a problem-centered approach”, in Todd Shackelford e Randal Hansen, *The Evolution of Morality*. Nova Iorque: Springer, 27-51.
- CURRY, Oliver Scott, Daniel Austin MULLINS, e Harvey WHITEHOUSE, 2019, “Is it good to cooperate? Testing the theory of morality-as-cooperation in 60 societies”, *Current Anthropology*, 60 (1): 47-69. Chicago, IL: Chicago University Press.
- DAVIDSON, Basil, 1988, *As Ilhas Afortunadas: Um Estudo sobre a África em Transformação*. Lisboa: Caminho.
- DE CERTEAU, Michel, 1996, *La Invenção de lo Cotidiano: Artes de Hacer I*. México, DF: Universidad Iberoamericana.
- DIAS, Juliana Braz, 2006, “Projetos migratórios e relações familiares em Cabo Verde”, *REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 14 (26-27): 23-54.
- DIAS, Juliana Braz, 2010, “Modelos crioulos de organização familiar em Cabo Verde”, *PAPIA – Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, 11 (1): 74-80.
- ÉVORA, Iolanda, 2001, “Cooperativa: política de Estado ou quotidiano? O caso de Cabo Verde”, *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 3 (4): 9-30. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v3i0p9-30
- ÉVORA, Iolanda, 2012, “Apresentação do livro *Mulheres em Cabo Verde: Experiências e Perspectivas*, CIGEF, Uni-CV: Apresentado na Praia a 30 de Março de 2012” (texto editado pelo Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do ISEG, Lisboa). Disponível em: < [https://mulheresnopoder.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/CV\\_ART\\_45\\_MULHERES\\_EM\\_CABO\\_VERDE\\_EXPERIENCIAS\\_E\\_PERSPECTIVAS.pdf](https://mulheresnopoder.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/CV_ART_45_MULHERES_EM_CABO_VERDE_EXPERIENCIAS_E_PERSPECTIVAS.pdf) > (última consulta fevereiro de 2025), 1-16.
- FINAN, Timothy J., e Helen K. HENDERSON, 1988, “The logic of Cape Verdean female-headed households: social response to economic scarcity”, *Urban Anthropology*, 17 (1): 87-103.
- FRIAS, Sónia, 2014, “Resistência e mudança no mercado sucupira: desafios laborais e estratégias associativas dos rabidantes”, *Revista Angolana de Sociologia [online]*, 14: 77-90. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/ras/1099> > (última consulta em fevereiro de 2025).
- FURTADO, Cláudio Alves, 1993, *A Transformação das Estruturas Agrárias Numa Sociedade em Mudança, Santiago, Cabo Verde*. San Vicente: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco.
- FURTADO, Cláudio Alves, 2008, *Dimensões da Pobreza e da Vulnerabilidade em Cabo Verde: Uma Abordagem Sistémica e Interdisciplinar*. Dakar: Codesria.
- GOMES, Crispina, 2011, *Mulher e Poder: O Caso de Cabo Verde*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- GRAÇA, Liliana, 2009, *Reformas Económicas em Cabo Verde: Privatizações e Suas Implicações Sociais*. Porto: Universidade do Porto, dissertação de mestrado em Estudos Africanos.
- GRASSI, Marzia, 2003, *Rabidantes: Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais / Spleen Edições.
- GRASSI, Marzia, 2007, “Cabo Verde pelo mundo: o género na diáspora cabo-verdiana”, in Marzia Grassi, e Iolanda Évora (orgs.), *Género e Migrações Cabo-Verdianas* (col. Estudos e Investigações, n.º 43). Lisboa: ICS, 23-62.
- HANISCH, Carol, 1969, “The personal is political: the original feminist theory paper at the author’s web site”. Disponível em < <https://www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html> >.

- HARDING, Sandra, 1987a, “Is there a feminist method”, *Social Research Methods: A Reader*, 1 (45): 456-464.
- HARDING, Sandra, 1987b, *Feminism and Methodology: Social Science Issues*. Bloomington, IN: Indiana University Press.
- HENRIQUES, Joana Gorjão, 2016, *Racismo em Português: O Lado Esquecido do Colonialismo*. Lisboa: Tinta-da-China.
- LOBO, Andréa, 2012, “A família em Cabo Verde. uma perspetiva antropológica”, *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, 4: 99-114.
- LOPES, Ermelinda Emílio Mendes, 2010, *Mulheres e Ambiente: A Problemática da Apanha de Inertes na Ilha de Santiago (Cabo Verde)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, tese de mestrado em Geografia.
- MSSS – MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL, 2020, *Plano Nacional de Alimentação e Nutrição: PNaN 2021-2025*. Praia: MSSS. Disponível em < [https://extranet.who.int/ncdccs/Data/CPV\\_B16\\_s21\\_PNaN\\_2021\\_2025\\_FINAL\\_TIP\\_web.pdf](https://extranet.who.int/ncdccs/Data/CPV_B16_s21_PNaN_2021_2025_FINAL_TIP_web.pdf) > (última consulta em fevereiro de 2025).
- MONTEIRO, Eurídice, 2007, “Feminismos e pós-colonialismos no limiar do século XXI”, A Juventude e a promoção da Cultura de investigação: I Encontro de Jovens Investigadores Cabo-Verdianos. Lisboa: AJIC.
- MONTEIRO, Eurídice, 2016, “Creoleness, coloniality and gender: the representations of Cape Verde”, *Revista Estudos Feministas*, 24 (3): 983-996.
- MONTEIRO, Maria Ivone, 2013, *Família e Género na Perspectiva das Mulheres Kumbóssas: Um Estudo Etnográfico no Concelho de Santa Catarina*. Ilha de Santiago: Universidade de Cabo Verde, tese de mestrado em Ciências Sociais.
- MUÑOZ, Lina, 2016, *La Economía de los Cuidados*. Sevilha: De Culturas Ediciones.
- MCCLINCKOCK, Anne, 1995, “Dismantling the master’s House”, *Imperial Leather: Race, Gender, and Sexuality in the Colonial Contest*. Londres: Routledge.
- NAROTZKY, Susana, 2006, “Binding labour and capital: moral obligation and forms of regulation in a regional economy”, *Etnográfica*, 10 (2): 337-354.
- NAROTZKY, Susana, 2007, “Relaciones y procesos informales”, in Ascensión Barañano (org.), *Diccionario de Relaciones Interculturales, Diversidad y Globalización*. Madrid: Editorial Complutense, 312-313.
- OCA, Luzia, 2007, “Badiu na Galiza: mar di homi – tera di mudjeres”, in Marzia Grassi e Iolanda Évora (orgs.), *Género e Migrações Cabo-Verdianas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 99-122.
- PATEMAN, Carol, 1995, *El Contrato Sexual*. Barcelona; Cidade do México: Anthropos; Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa.
- PEREIRA, Adilson, 2015, *Política e Cultura: As Revoltas dos Engenhos (1822), Achada Falcão (1841), Ribeirão Manuel (1910)*. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde (INCV).
- RIBEIRO, Orlando, 1960, *A Ilha do Fogo e as Suas Erupções (Memórias Série Geográfica 1)*. Vila Nova de Famalicão: Junta de Investigações do Ultramar.
- ROCHA, Carlos Manuel, 1997, *Políticas Económicas e Desenvolvimento Empresarial: As Privatizações e o Crowding-in da Classe Empresarial Nacional. O Caso Cabo Verde*. Lisboa: ISCTE, tese de mestrado em Estudos Africanos.
- RODRIGUES, Isabel, F., 2007, “As mães e os seus filhos dentro da plasticidade parental: reconsiderando o patriarcado na teoria e na prática”, in Marzia Grassi e Iolanda Évora

- (orgs.), *Género e Migrações Cabo-Verdianas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 123-146.
- RODRIGUES, Isabel F., 2008, “From silence to silence: the hidden story of a beef stew in Cape Verde”, *Anthropological Quarterly*, 81 (2): 343-376.
- RONCAROLO, Federico, Sherry BISSET, e Louise POTVIN, 2016, “Short-term effects of traditional and alternative community interventions to address food insecurity”, *PLoS One*, 11 (3): 1-14. DOI: 10.1371/journal.pone.0150250.
- ROSA, Maria L., 2018, “História dos morgados em Portugal (e não só) impulsionada por 1,6 milhões de euros”, *Público*, 29 de novembro de 2018. Disponível em < <https://www.publico.pt/2018/11/29/ciencia/noticia/historia-morgados-portugal-nao-so-impulsiona-da-16-milhoes-euros-1852929> > (última consulta em fevereiro de 2025).
- SEIBERT, Gerhard, 2011, “São Tomé & Príncipe: the hirst plantation economy in the tropics”, in Robin Law, Suzanne Schwarz e Silke Strickrodt (orgs.), *Commercial Agriculture, the Slave Trade and Slavery in Atlantic Africa*, 54-78.
- SILVA, António Correia e, 2014, *Dilemas de Poder na História de Cabo Verde*. Praia: Rosa de Porcelana Editora.
- SILVA, João P., 1993, *A Reforma das Estruturas Agrárias de Cabo Verde*. Mindelo: Gráfica do Mindelo.
- SPIVAK, Gayatri C., 1990, “The political economy of women as seen by a literary critic”, in Elizabeth Weed (org.), *Coming to Terms (RLE Feminist Theory)*. Londres: Routledge, 218-229.
- TEMPLE, Dominique, 2003, “El don es lo contrario del intercambio”, in Dominique Temple, *Teoría de la Reciprocidad*, tomo I: *La Reciprocidad y el Nacimiento de los Valores Humanos*. La Paz: Padep-GTZ.
- TOBÍO, Constanza, et al., 2010, *El Cuidado de las Personas: Un Reto para el Siglo XXI*. Barcelona: Fundación La Caixa.
- TROUILLOT, Michel, 2001, “The anthropology of the state in the age of globalization: Close encounters of the deceptive kind”, *Current Anthropology*, 42 (1): 125-138.
- VILLOTA, Paloma de, 2019, “Lourdes Benería y la economía feminista: a los 40 años de *Reproduction, Production and the Sexual Division of Labour*”, *Revista de Economía Crítica*, 28: 117-128.

---

Receção da versão original / Original version	2023/05/15
Receção da versão revista / Revised version	2024/10/18
Receção da segunda versão revista / Second revised version	2025/01/17
Aceitação / Accepted	2025/01/20